

Dois anos de tramitação e fim indefinido

Helena Chagas

● BRASÍLIA: A insistência do presidente Fernando Henrique Cardoso, que pela enésima vez cobrou do Congresso a aprovação das reformas, tinha, ontem, motivo claro: as indicações de que, depois de dois anos tramitando, a da Previdência e a administrativa podem acabar morrendo na praia. Depois de festejar avanços nas últimas semanas, Fernando Henrique constatou, preocupado, que na primeira semana de trabalho do semestre elas não avançaram um milímetro. E, para o Governo, o prazo termina no fim do ano, já que em 98, ano eleitoral, não deve haver nem quorum nem disposição para votar medidas impopulares.

De forma diversa do que ocorreu na reforma da Ordem Econômica, que quebrou os monopólios do petróleo e das telecomunicações, a administrativa e a da Previdência tiveram tramitação longa e tortuosa. Do segundo semestre de 95, quando chegou ao Congresso, para cá, a da Previdência já teve três relatores — os deputados Euler Ribeiro (PMDB-AM) e Michel Temer (PMDB-SP) e o senador Beni Veras (PSDB-CE) —, foi completamente desfigurada pela Câmara e ficou mais um ano engavetada no Senado. Mês passado, ressuscitou num texto mais brando, que resguarda direitos e prevê implantação gradual do novo sistema. Votada na Comissão de Constituição e Justiça, ainda tem, porém, longo caminho pela frente: dois turnos de votação no plenário e o retorno à Câmara, onde volta a ser discutida da estaca zero. Só mesmo muito otimismo para prever promulgação em 1997.

A administrativa tem maiores chances de ser concluída antes da campanha eleitoral. Ainda assim, será preciso negociar muito. No momento, está na reta final de votação na Câmara: falta apenas o segundo turno. Mas pode acabar desfigurada por um destaque que retira do texto a quebra da estabilidade dos servidores. Se conseguir passar incólume, ainda enfrentará comissão e dois turnos de votação no Senado.